

12 ABR 1989

Plano tardio

Uma das vertentes do Plano Brady para a dívida externa dos países do terceiro mundo — a redução dos juros para um patamar em torno de cinco por cento — seria muito interessante se não fosse tardia. O Brasil já não tem mais condições de assinar compromisso com a principal cláusula do acordo, a de manter os programas de ajustamento firmados com o FMI e o Banco Mundial, o que equivale dizer, abrir mão de políticas desenvolvimentistas e renunciar a qualquer idéia de suspensão dos pagamentos da dívida. Essa precondição não encontra mais cenário político para ser implementada internamente, nem aqui, nem na Argentina, nem na Venezuela.

Há alguns anos, se os países desenvolvidos tivessem tido a sensibilidade de perceber o rumo para onde o vento soprava, uma fórmula como esta seguramente produziria fins saudáveis para todos. Eles, porém, mantiveram-se olímpicamente impassíveis quando todos reclamavam das taxas de juros oscilantes ao sabor da inflação americana ou do mix inflacionário internacional, coisa que absolutamente nada tem a ver com a situação e o interesse dos devedores. O quadro foi aos poucos se deteriorando, como aliás era previsto, até que se criou uma situação na qual a retomada do desenvolvimento e a suspensão cíclica dos pagamentos constituirá estratégia inevitável de qualquer Governo que se instalar no País. As receitas ortodoxas do FMI, com as quais se tenta ainda conviver no presente, serão inevitavelmente afastadas do horizonte após as eleições deste ano.

A existência contida no Plano

Brady é irrealista em face da conjuntura política atual, ainda que quanto a ela o Governo Sarney se manifeste simpático. É irrealista porque menospreza o interesse principal do País no momento, o relançamento da economia, algo que não se contém nos programas de ajuste do FMI, os quais prevêem primeiro o saneamento e depois o crescimento. Já não é mais assim quando se tem milhões de pessoas vivendo abaixo do padrão mínimo de pobreza.

Também é irrealista o Plano Brady ao impor condições aos devedores. Seria mais realista imaginar-se um plano de defesa do patrimônio dos credores, cuja substância seria a determinação do nível máximo de concessões. O nível máximo de retorno do capital que os bancos aplicaram no Terceiro Mundo será determinado pelo volume de concessões que fizerem, não pela intensidade das exigências. A época em que isso era possível passou.

A miopia com que os países desenvolvidos administraram a questão da dívida e a política de preços do comércio internacional responde pelo que se processa internamente hoje na política brasileira: as chances de uma guinada para a esquerda na próxima eleição presidencial são muito mais visíveis do que o contrário. Até este momento os candidatos eleitoralmente viáveis são todos de esquerda. Os outros segmentos estão disputando, ainda sem sucesso, um espaço ao centro. À direita não se ouve um único som.

Neste contexto o Plano Brady espera obter um compromisso de fidelidade ao FMI?